



Roque & Ribeiro

Município de Óbidos
Largo de São Pedro Edifício dos Paços do Concelho
2510 - 086 Óbidos

Exmos. Senhores,

Junto remetemos em anexo os documentos de fiscalização relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a seguir indicados:

- Parecer do Revisor Oficial de Contas
- Certificação Legal das Contas

De V. Exas.
Atentamente

Lisboa, 21 de abril de 2022

Cristina Maria do Coito Roque (ROC 1526) em
representação de Roque & Ribeiro, SROC, Lda.



Roque & Ribeiro

MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

REVISÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Roque & Ribeiro

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do Município de Óbidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental da receita, a Demonstração da execução orçamental da despesa e a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, e os respetivos anexos.
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas do Município de Óbidos.
3. Atento ao teor dos parágrafos mencionados na secção “Bases para a opinião com Reserva” somos de Parecer que aprovem os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Lisboa, 21 de abril de 2022

Cristina Maria do Coito Roque (ROC 1526) em
representação de Roque & Ribeiro, SROC, Lda.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *Município de Óbidos*, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 91.539.961 euros e um total de fundos próprios de 80.598.939 euros, incluindo um resultado líquido de 332.047 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *Município de Óbidos*, em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

1. Em 1 de janeiro de 2020 entrou em vigor, para as autarquias locais, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual. Considerando, a complexidade de alguns dos movimentos de transição previstos no novo normativo contabilístico, estes, nomeadamente os relacionados com a atualização das taxas de depreciação dos edifícios e outras construções para o novo normativo e consequentes ajustamentos nos valores dos subsídios ao investimento reconhecidos na proporção das depreciações, bem como os relativos aos ajustamentos relativos aos valores a receber referentes a subsídios aos investimento e à aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável às participações financeiras, foram efetuados durante o exercício de 2021, não tendo sido efetuados os ajustamentos nos comparativos relativos ao ano de 2020 no âmbito do previsto no normativo contabilístico internacional, de aplicação supletiva em Portugal. Não obstante, o Município encontra-se em curso a adopção integral do SNC-AP, no que respeita à aplicação da Norma de Contabilidade Pública relativa aos contratos de concessão de serviços (NCP 4 — Acordos de Concessão de Serviços: Concedente), uma vez que não foi disponibilizada informação adequada e suficiente acerca da plenitude dos investimentos realizados e geridos pelo concessionário, podendo esta situação ter impactos significativos nas demonstrações financeiras. Face ao exposto, entendemos que não estamos em posição de nos pronunciar sobre os possíveis impactos que a situação referida terá no Ativo Fixo Tangível, no Património Líquido e no Passivo (Diferimentos).

Salienta-se, contudo que o normativo contabilístico internacional, nomeadamente a International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis, de aplicação supletiva em Portugal, face ao disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, permite um período de transição de três anos para as entidades reconhecerem e mensurarem os seus ativos e passivos, nomeadamente os ativos de concessão, desde a data de início de adoção do novo normativo (2020).



2. Por motivos de ordem técnica não foi possível ao Município apresentar a Demonstração das Alterações no Património Líquido, motivo pelo qual não nos pronunciamos sobre a referida demonstração financeira.
3. Pese embora não tenha impacto no valor total do Passivo e subsequentemente no total no Balanço, o valor do Passivo Corrente apresentado no Balanço relativo a 31 de dezembro de 2021, encontra-se subvalorizado aproximadamente 860.000 euros e o Passivo não Corrente sobrevalorizado no mesmo montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com Reservas.

Ênfases

- 1- Conforme apresentado na nota 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do Anexo às demonstrações financeiras, encontram-se atualmente em curso vários processos contra o município que à data atual não é possível saber o desfecho. O Município de Óbidos tem reconhecidas Provisões para Riscos e Encargos, no Passivo, no montante aproximado de 1.200.000 euros que entende ser suficiente para face a eventuais dispêndios que venham a ser necessários aquando da conclusão dos respetivos processos.
- 2- Conforme divulgado na nota 23 do Anexo às demonstrações financeiras, na sequência da invasão da Ucrânia, a economia mundial revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são difíceis de prever à data da emissão do presente relatório. Apesar dos eventuais impactos que esta situação possa provocar, a Entidade considera que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade, estando igualmente assegurados os compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Roque & Ribeiro

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 19.602.743,80 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 19.137.680,75 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 21 de abril de 2022

Cristina Maria do Coito Roque (ROC 1526) em
representação de Roque & Ribeiro, SROC, Lda.